

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

DANIELE RECHE VIDOTO DOS SANTOS


**PROPOSTA DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: integrando proteção
ambiental e participação social**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

DANIELE RECHE VIDOTO DOS SANTOS



**PROPOSTA DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: integrando proteção
ambiental e participação social**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Cruzeiro do Oeste, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Proposta de Programa de Educação Ambiental para o Parque Nacional de Ilha Grande: integrando proteção ambiental e participação social

Por

Daniele Reche Vidoto dos Santos

Esta monografia foi apresentada **às 9h30min do dia 13 de dezembro de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Cruzeiro do Oeste, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a Dra. Fabiana Costa de Araujo Schutz
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Dra. Angela Laufer Rech
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

Dedico este trabalho a Deus, pois sem a sua presença nada seria possível.

Ao meu esposo, Alex por sua dedicação, compreensão e companheirismo.

Ao meu filho, Danilo José, por iluminar minha vida todos os instantes e por me ter dado a oportunidade de sentir como é ser mãe.

Aos meus pais, José e Domitila, pois sem seus ensinamentos não seria a pessoa que sou hoje.

Aos meus amigos de sala que estavam ao meu lado transmitindo fé, amor, alegria, determinação, paciência e coragem, tornando meus dias mais fáceis de vencer.

A todos os meus professores, pela dedicação, paciência e compreensão.

E a minha professora e orientadora, Marlene Magnoni Bortoli pelas orientações, ensinamentos e por sua dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus que está acima de tudo neste mundo, pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos e por me conceder meus desejos e vontades, por estar sempre ao meu lado me amparando e dando forças.

Aos meus pais, José e Domitila, por serem exemplos de vida e família, sempre vivenciando o amor, pelo caráter e esforço que tiveram em educar a mim e minhas irmãs, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu esposo, Alex, por toda a caminhada que fizemos até hoje e pelas próximas que estão por vir. Pela sua paciência, compreensão, por me ajudar e me fazer feliz e principalmente pelo grande presente, nosso filho, Danilo José.

A todos os meus amigos de sala, que com certeza plantaram um pedaço de si em meu coração. Pessoas que antes eram desconhecidas e tão diferentes de mim, mas que me fizeram ver a vida com outros olhos, muito obrigada pela amizade de cada um.

A minha orientadora professora Mestra Marlene Magnoni Bortoli, pelo dom de ensinar com amor, apoio, competência e incentivo, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Embora ninguém possa voltar a traz e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”. (CHICO XAVIER)

RESUMO

SANTOS, Daniele Reche Vidoto. Proposta de Programa de Educação Ambiental para o Parque Nacional de Ilha Grande: integrando proteção ambiental e participação social. 2014. 40f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

O projeto em questão visa atuar nas unidades de conservação não somente na preservação dos recursos naturais, mas também como local de pesquisa, de aprendizagem e de sensibilização da comunidade para a problemática ambiental. Para o total sucesso é de fundamental importância adequar os programas as diferentes idades dos participantes. É com esta intenção que serão realizadas jornadas de educação ambiental no Parque Nacional de Ilha Grande, uma unidade de conservação localizada na região noroeste do estado do Paraná, que abriga um ecossistema particular. Este projeto tem como objetivo a percepção ambiental, a conscientização sobre a importância da preservação da unidade, dos participantes a realizar a transmissão do conhecimento ecológico. As atividades abrangem palestras, visitas a trilhas, coleta de recicláveis, confecção de brinquedos a partir de materiais recicláveis e avaliação através de questionários. As jornadas serão realizadas com três diferentes grupos, que terão conhecimento prévio para favorecer o aproveitamento e a aprendizagem, sendo independentemente da idade e nível de escolaridade. Os resultados podem evidenciar a importância do monitoramento especializado para melhor rendimento das atividades, e a valiosa ferramenta que as unidades de conservação representam em um projeto de educação ambiental.

Palavras-chave: Preservação. Conservação. Conhecimento.

ABSTRACT

SANTOS, Daniele Reche Vidoto. Proposal for Environmental Education Program to the Big Island National Park: integrating environmental protection and social participation. 2014. 40f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

The project in question is intended to act in protected areas not only in the preservation of natural resources, but also as places of research, learning and community awareness for environmental issues. For total success is crucial to adapt the programs the different ages of the participants. It is with this intention that we will hold workshops on environmental education in the Ilha Grande National Park, a protected area located in the northwestern region of Paraná state, home to a particular ecosystem. This project aims to environmental perception, awareness of the importance of preserving the unity, the participants to perform the transmission of ecological knowledge. Activities include lectures, visitations to trails, collecting recyclable, making toys from recyclable materials and evaluation through questionnaires. The workshops will be conducted with three different groups who have prior knowledge to facilitate the use and learning, and regardless of age and level of education. The results may highlight the importance of the specialized monitoring to improve efficiency activities, and valuable tool that protected areas represent a project on environmental education.

Keywords: Preservation. Conservation. Knowledge.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Entrada do Parque Nacional da Tijuca.....	22
Figura 2 - Vista do Parque Nacional da Tijuca	22
Figura 3 - entrada do Parque Nacional do Iguaçu.....	24
Figura 4 - Vista do Parque Nacional do Iguaçu	24
Figura 5 - Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina	26
Figura 6 - Vista do Parque Nacional da Chapada Diamantina	26
Figura 7 - Parque Nacional de Ilha Grande	28
Figura 8 - Canal do Parque Nacional de Ilha Grande.....	28
Tabela 1 - Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Municípios em 2012	30
Tabela 2 - Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Municípios em 2013	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	12
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	12
2.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	13
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	14
3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	14
3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	15
3.2.1 Educação Ambiental no Ensino Formal e Informal.....	17
3.2.2 Programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação	19
3.2.2.1 Parque Nacional da Tijuca	21
3.2.2.2 Parque Nacional do Iguaçu	23
3.2.2.3 Parque Nacional da Chapada Diamantina	25
3.2.2.4 Parque Nacional de Ilha Grande	27
3.2.3 Legislação para Unidades de Conservação	29
3.3 ICMS ECOLÓGICO.....	29
4 PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	32
4.1 PLANEJAMENTO DOS ESCOTEIROS AMBIENTAIS.....	32
4.2 ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM GRUPOS DE ALUNOS	33
4.2.1 Grupo1 - Ensino Básico.....	33
4.2.2 Grupo 2 - Ensino Fundamental	34
4.2.3 Grupo 3 - Ensino Médio.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O ser humano desde sempre vem explorando os recursos naturais, a fim de acumular riquezas com finalidade de se manter no poder por um maior tempo, com esta praticam já levou a extinção de diversos recursos naturais que poderiam ser renováveis. Utilizando de todos os recursos que estavam a sua volta, quando estes se encontravam escassos migravam para outra localidade para poder encontrar mais, e ao ir à busca de mais e melhores recursos à humanidade se expandia geograficamente. O homem com sua prepotência e arrogância tornou-se cego para enxergar que os recursos naturais são finitos, limitados e que estão diretamente interligados, que a diminuição drástica pode causar o mesmo em outro que aparentemente não esteja relacionado a ele. O homem percebeu para que ocorra a reversão desta situação e necessário repensar nas estratégias de crescimento econômico e social. A razão pela qual foram criados meios para se reverter à exploração indiscriminada dos recursos naturais, então foram criadas leis que previam multas e privação de liberdade, mas estas medidas não foram suficientes para a conscientização do homem então se decidiu associar o processo educativo, para que se pudessem ter pessoas mais conscientes de seus direitos e deveres coletivos, além de se buscar novas alternativas (PEDRINI, 1997).

A educação ambiental se insere num contexto que deriva dos usos inadequados dos recursos naturais coletivos e planetários nas escalas de espaços temporais. Segundo Loureiro et al., (2011), a educação ambiental tem a finalidade de construir valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade, da atuação e da responsabilidade que cada indivíduo tem. A educação ambiental é um elemento estratégico na formação de uma consciência crítica das relações sociais e produtivas que situam a inserção humana na natureza. A preservação é unanimidade na sociedade contemporânea. Mas é preciso refletir sobre o consenso que vem se construindo nas atividades de educação ambiental e das ações de movimentos ambientalistas, explicando as contradições que há entre a salvação da natureza a do planeta.

Ao se observar a atuação dos educadores ambientalistas, quando eles se limitam a instruir e a sensibilizar sobre a questão da problemática ecológica, se percebe a promoção de uma modernidade capitalista que busca se firmar no verde e

universal em todo o seu processo no momento em que se começa a negociar a natureza, a privatização dos meios que asseguram a liberdade individual e a banalização da vida coletiva, a realização humana só pode ser o produto do trabalho coletivo, da ação política articulada e vinculada as práticas educativas que concretiza a cidadania plena e ecológica. O reconhecimento dos recursos naturais como bens coletivos e do ambiente como resultante dos múltiplos fatores históricos, sociais e naturais, cuja apropriação e gestão são objetivos de debates públicos, orientados pelos anseios de crescente democratização dos processos decisórios que definem seus usos e significações.

De acordo com Victorino (2000) o olhar para o presente, dissemina em relação ao futuro do planeta, mas para o que podemos fazer com que as crianças de hoje serão os pensadores do futuro, desta forma são nelas que devemos introduzir, e tentar modificar o comportamento diante da natureza. A desarmonia causada entre o homem e a natureza ocorre pela falta de valores sociais que desencadeiam a formação de estilos de vida e aparecimento de instruções de suporte coerente com a evolução da vida na Terra. A mudança de mentalidade quanto ao rumo que o homem está seguindo será em benefício de todos, surgindo desta forma uma nova consciência e postura ética perante a natureza e o próprio homem. Mas é preciso que o homem se livre da sua obsessão de poder e de dominação de tudo.

Diante do exposto surgem as seguintes indagações: Quais métodos devem ser utilizados para se aplicar educação ambiental em uma unidade de conservação de acordo com a legislação vigente? Como classificar os participantes do projeto? Quais os principais colaboradores? Quais os benefícios que serão gerados para a sociedade? Onde e como será implantado o projeto?

Este estudo teve por objetivo geral apresentar uma proposta de um programa de educação ambiental para o Parque Nacional de Ilha Grande, município de Altônia, PR, e observar como a população se porta em relação às questões de educação ambiental. Como objetivo específico buscou-se: realizar um levantamento da biodiversidade do parque; sugerir ações que integram a participação da população; realizar parcerias com universidades e a comunidade local e propor a criação de uma trilha ecológica para a realização de passeios ecológicos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inicialmente é preciso frisar que esta monografia é uma proposta de um projeto para ser executado no parque nacional de ilha grande no município de Altônia, PR. Apresentando os anseios da pesquisadora em contribuir com a Educação Ambiental local.

É um documento que servirá de estímulo ao desenvolvimento de atividades e à construção coletiva de uma proposta de Educação Ambiental para o Parque Nacional de Ilha Grande, precisa de solidez, e por isso incorpora as contribuições teóricas mais recentes que tratam das questões de educação ambiental com o foco em Unidades de Conservação.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador realizou a sua investigação apoiando-se em uma fundamentação teórica geral. Como método empregado na coleta dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica com o foco no estudo da elaboração de uma proposta de projeto de educação ambiental.

Segundo Richardson (1989, p. 39) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem:

Descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Esta abordagem permitiu uma reflexão sobre a educação ambiental e uma análise sobre a importância do desenvolvimento de projetos em unidades de conservação. Neste sentido se propôs sugestões que possam se adequar às características do local.

2.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados é uma das fases decisivas na elaboração de projetos e de trabalhos científicos que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Considerando-se os objetivos propostos para a efetivação desta pesquisa. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica utilizando fontes secundárias através da consulta de material já publicado, como livros, artigos de periódicos, internet, dissertações, entre outros. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com estudos e pesquisas que já tenham sido publicados sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2001).

Na análise dos dados foi feita uma abordagem qualitativa, apresentando a realidade pesquisada, associando os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa. A análise qualitativa se caracterizou por buscar uma apreensão de significados na fala dos autores consultados, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade (FERNANDES, 1991).

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As unidades de conservação são áreas criadas pelo poder público com finalidade de proteger e conservar a biodiversidade, mas pode ocorrer em alguns casos também preservar patrimônio histórico e cultural. Dentro de suas finalidades as unidades de conservação promovem oportunidades para a realização de pesquisas científicas, ações de educação ambiental, turismo ecológico sustentável, formas de geração de renda com menos impacto ambiental, estimulando a economia verde e promovendo a qualidade de vida da população (ICMBIO, 2014). As áreas protegidas são ferramentas essenciais para a proteção e conservação do uso predatório dos recursos naturais, mas vem enfrentando dificuldades, pois sua criação não se torna suficiente para a sua proteção. A maior dificuldade é a restrição do uso dos recursos naturais pela comunidade local, o que acaba gerando conflitos socioambientais (MATTOS, 2011).

A idéia do modelo de criação de parque sem moradores no Brasil foi proposta por um movimento denominado socioambientalismo, que foi construído com base de que a política pública ambiental deve incluir e envolver a comunidade local, pois possuem conhecimentos e práticas de manejo ambiental. Este movimento não faz paralelo ao ambientalismo internacional. Uma grande conquista jurídica deste movimento foi a Constituição Federal de 1988, que destaca a proteção dos povos indígenas e quilombolas (MATTOS, 2011).

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) é de fundamental importância para os processos de sustentabilidade socioeconômica e de conservação da natureza. O SNUC assegura legalmente a instituição de critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (ICMBIO, 2014). Além de organizar as áreas protegidas que estavam dispersas e sem objetivos definidos, o SNUC abriu espaço para que categorias socioambientais fossem incorporadas, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois foi destinada a proteger os direitos das populações tradicionais, cuja sua existência está baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. O

SNUC atendeu estratégias distintas de gestão e as áreas protegidas foram divididas em dois grupos: “Unidades de Proteção Integral”, que tem como objetivo a conservação da biodiversidade sem que haja interferência humana, permitindo o uso indireto dos recursos naturais como, atividade educacional científica e recreativas, e as “Unidades de Uso Sustentável” que tem por objetivo compatibilizar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo uso direto dos recursos naturais de forma restrita e regulada (MATTOS, 2011).

O Brasil é um dos países que mais conservam a biodiversidade. Na última década a quantidade de área protegida dobrou, passando de 38 para 77 hectares. Mas com a criação de novas unidades de conservação surgem desafios como; regulamentação de terras, realização de planos de manejo, criação de comitês e a mediação de conflitos socioambientais. É neste momento que o desenvolvimento de comunicação e educação ambiental se faz um importante recurso para enfrentar os conflitos e impactos, proporcionando informação e melhores condições à participação do processo de mudança e também no fortalecimento da unidade de conservação (ICMBIO, 2014).

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

São os processos, que o indivíduo ou a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, que é um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental se torna um componente essencial e permanente da educação devendo estar presente de forma formal e não formal (BRASIL, 1999).

Educação ambiental é uma ferramenta que propõe e espalha o diálogo, com essência do intercâmbio, da participação social e do controle social. Desta forma, a educação ambiental se torna um passo para a sustentabilidade (IBRAM, 2012).

Em 1960, começaram a ocorrer reflexões sobre qualidade de vida, modelos de desenvolvimento e degradação ambiental que se articularam em uma agenda política de amplitude mundial. Neste contexto em 1972 a ONU (Organização das Nações Unidas) realizou a primeira conferência sobre ambiente humano, desta

conferencia nasceu a declaração do ambiente humano. A conferência recomendou que devesse ser estabelecido um programa internacional de educação ambiental, visando educar o cidadão comum, para que o mesmo manejasse e controlasse o meio ambiente. No mesmo contexto ocorreu o encontro internacional de educação ambiental na Iugoslávia, este encontro gerou a carta de Belgrado que propõe princípios e orientações para um programa internacional de educação ambiental. Mas somente em 1977, Tbilisi, Geórgia, que se determina o rumo da educação ambiental internacional, é a partir desta conferencia que se definem objetivos, características e estratégias do plano nacional e internacional da educação ambiental. Em 1992, foi realizada a RIO-92, conferencia sobre meio ambiente e desenvolvimento, com a participação de 170 países, nesta conferencia se examinou a situação ambiental do mundo e as mudanças que ocorreram depois da conferencia de Estocolmo. Na RIO-92 teve inicio a elaboração da carta da terra, o lançamento da agenda 21 e embasou eventos como a conferencia de Kyoto, Japão. (BV AMBIENTE, 2014). A ultima conferencia realizada foi a RIO+20 realizada em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil, que tratou do desenvolvimento sustentável (ONU, 2012). A educação ambiental hoje visa temáticas emergentes como: mudanças climáticas, água, biodiversidade e energias alternativas. Estes temas visam à formação de uma sociedade pautada na justiça social, na participação democrática e seus rumos.

Segundo Viezzer (2007), nos meados da década de 1960, a educação ambiental começa a ter um reconhecimento como um fazer educativo específico e estratégico, com a finalidade de garantir a integridade do meio ambiente e para uma melhor qualidade de vida para a população. Nos anos 1970 a emergência do ambientalismo se une as lutas democráticas, esta abordagem tem uma característica conservacionista. Em 1973 ocorre a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1981 ocorre a institucionalização da educação ambiental no legislativo brasileiro. Em 1988 a Constituição Federal estabelece a necessidade de se promover a educação ambiental. Em 1990 o Fundo Nacional de Meio Ambiente começa a financiar ações de Educação ambiental. Em 1991 criou-se o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Ministério da Educação. Em 1992 ocorre a RIO-92 e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Em 1994 a presidência da republica institui o programa nacional de educação ambiental. Em 1995 é criado o conselho nacional de meio

ambiente. Em 1999 é aprovada a lei 9795, mais conhecida como política nacional de educação ambiental, mas que só foi regulamentada em 2002 através do decreto 4281. Em 2003 foi realizada a primeira conferência nacional do meio ambiente. De 2004 a 2007 foi lançado o programa nacional de educação ambiental.

Loureiro et al., (2002, p.69) afirma que a educação ambiental é “uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

Nessa perspectiva, Reigota (2006, p.10), afirma que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Segundo Telles et al., (2002) para que os objetivos da educação ambiental tenha êxito é necessário que se trabalhe focando os aspectos: conscientização, conhecimento, habilidades, capacidade de avaliação e participação. Tendo como objetivos a cada uma destas ações:

Conscientização: contribuir para que os seres humanos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao ambiente como um todo;

Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o ambiente como um todos os problemas a ele relacionados, a presença e o papel de uma humanidade criticamente responsável em relação a esse ambiente;

Atitudes: possibilitar aos seres humanos a aquisição de valores sociais, fortes vínculos afetivos para o ambiente bem como motivação para a participação ativa na proteção e melhoria;

Habilidades: proporcionar condições para que as pessoas adquiram habilidades necessárias à solução de problemas ambientais;

Capacidade de avaliação: estimular as pessoas a avaliarem as providências relativas ao meio ambiente e aos programas educativos, quanto aos fatores ecológicos, políticos, econômicos, estéticos e educacionais;

Participação: contribuir com os indivíduos e grupos sociais no sentido de desenvolverem senso de responsabilidade e de urgência com relação aos problemas ambientais a fim de assegurar a ação apropriada para solucionar os mesmos. (TELLES, et al., 2002).

3.2.1 Educação Ambiental no Ensino Formal e Informal

A educação ambiental no ensino formal é especificada e desenvolvida em instituições públicas e privadas, que estão vinculadas aos sistemas federais,

estaduais e municipais de ensino. Desenvolve este tipo de educação como uma prática integrada, contínua, permanente, inter e transdisciplinar em todos os níveis e modalidades educacionais. Em todos os níveis de educação devem adotar conteúdos relacionados com o meio ambiente; formação de hábitos e atitudes voltadas para a preservação da qualidade de vida e dos recursos naturais. A educação ambiental não está incorporada a nenhuma disciplina específica, somente em cursos de pós-graduação e extensão, que existem disciplinas específicas de educação ambiental (HENDGES, 2010).

A educação ambiental surgiu da necessidade de uma educação de caráter interdisciplinar, voltada para os problemas atuais e emergenciais, que preparasse a população para se viver e desenvolver-se em um mundo correto e afinado com as leis da natureza e que levantasse e buscasse soluções em conjunto. Através da Constituição Federal a educação ambiental no Brasil foi assumida como obrigação. O processo educativo pode contribuir para a superação do quadro atual de degradação da natureza, mas se faz necessário que a escola, enquanto instituição esteja preparada para incorporar a temática ambiental de forma coerente. A escola ainda é o lugar mais adequado para trabalhar a relação homem-ambiente-sociedade, pois é um espaço adequado para a formação, crítica e criativa, com uma nova visão de mundo que supere o antropocentrismo (FARNESI; MELO, 2002).

Embora não seja uma disciplina escolar, a Educação Ambiental (EA) pode ser trabalhada por meio de iniciativas pessoais e de grupos multidisciplinares de professores. No Brasil, existem registros sobre iniciativas isoladas de temas ambientais no ensino formal a partir da década de 1950. Em sua maioria, eram atividades realizadas por professores do ensino básico e superior, que saíam das salas de aula com seus alunos para observar e estudar o ambiente que circundava a escola, o bairro, a cidade. Saídas que chamavam de "estudos do meio" ou "trabalho de campo". As iniciativas, de educação ambiental têm sido introduzidas nos ambientes formais de ensino sem uma maneira sistematizada; sendo que estes registros poderiam contribuir para a formação de um repertório de conhecimentos (MENDES; VAZ, 2009).

A escola é um espaço privilegiado à formação de cidadãos e desenvolvimento de valores que influenciem nas atitudes adequadas quanto ao consumo e descarte de resíduos, porém, os educadores ainda não conseguem intervir de modo acentuado na educação ambiental, pois não levam em conta as múltiplas faces da

nossa relação com o ambiente. E estas faces não podem ser separadas, pois se isto acontecer à educação ambiental se torna incompleta e se causa danos irreparáveis ao meio ambiente (REIS, et al., 2012).

Segundo Castro (2003) no contexto da Educação Ambiental Formal e Informal (não formal) é clara a necessidade de buscar alternativas que tenham como objetivo a mudança de comportamento do homem em relação à natureza, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável a compatibilização de práticas econômicas e conservacionistas, melhorando a qualidade de vida de todos de tal forma que as próximas gerações possam também usufruí-los.

No artigo 13 da Lei 9795/99 diz que: “entendem-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Para Marcatto (2002, p.16) educação ambiental informal: “envolve todos os segmentos da população, como por exemplo: grupos de mulheres, de jovens, trabalhadores, políticos, empresários, associações de moradores, profissionais liberais, dentre outros”.

Berna (2001) enfatiza que a educação ambiental informal é aquela que não se limita à escola, podendo ser desenvolvida por autodidatas e mediante projetos. Deve buscar a integração escola-comunidade-governo-empresa, envolvendo a todos em seu processo educativo.

O Congresso de Belgrado, promovido pela UNESCO, definiu que a educação ambiental informal visa formar uma população que tenha conhecimentos, competências, motivação, sentido de participação e engajamento que lhes permitam trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (BERNA, 2001).

3.2.2 Programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Os programas de educação ambiental em unidades de conservação são de extrema importância, pois a educação ambiental possui o papel de formação tanto do espaço da unidade como no processo educativo e participativo, o que auxilia a

prática da cidadania e o funcionamento do espaço público, garantindo a harmonia da sociedade com a natureza (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

O Plano Nacional de Áreas Protegidas tem como um de seus princípios a promoção da participação e inclusão social, o exercício da cidadania na gestão das unidades, buscando o desenvolvimento social da população; sua diretriz assegura a qualificação e o desenvolvimento da população envolvida na tomada de decisões, e a educação ambiental está relacionada a ações ambientais ligadas a viabilizações e efeitos, nas unidades de conservação (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Nas unidades de conservação de uso restrito ocorrem dificuldades no que se diz respeito à população que ali viviam ou que ainda vivem antes da apropriação da área feita pelo estado. É importante que ocorra na população a inclusão de perspectiva no conceito de conservação, investindo no conhecimento de sua identidade, valorizando o saber, melhorando as condições de vida e garantido a participação na construção de uma política de conservação na qual toda a população possa ser beneficiada (ARRUDA, 1999).

Um dos maiores desafios que ocorrem na consolidação do Sistema Nacional de Unidades de conservação é estimular e mobilizar a população a participar dos processos de criação, implementação e gestão das unidades. Neste contexto a educação ambiental é um importante instrumento, pois auxilia na disponibilização de informações qualificadas, nos compartilhamentos de compreensões e no estabelecimento de ações para aperfeiçoamento, participação social e conservação da sociobiodiversidade (SEMA/BA, 2014).

O incentivo a promoção da educação ambiental e de estratégias de integração com a população local e visitante nas unidades de conservação são ações essenciais para que as unidades exerçam sua função, pois contribuem para a preservação e manutenção das áreas. A educação ambiental propicia as pessoas uma compreensão crítica e global, que esclarece e desenvolve atitudes que permitem adotar uma posição crítica e participativa, relacionada as questões de conservação e utilização dos recursos naturais de forma adequada (PISSATTO, et al., 2012).

O desenvolvimento de práticas de interpretação ambiental e programas de educação ambiental em unidades de conservação podem induzir uma maior conscientização ambiental. As ações educativas em unidades de conservação promovem o entendimento da comunidade, quanto à importância ecológica,

econômica e social destas unidades, contribuindo desta forma para a valorização deste ambiente por toda a população, tornando-se uma ferramenta eficaz para que a unidade de conservação possa cumprir os objetivos pelos quais foram criadas (PISSATTO, et al.; 2012).

3.2.2.1 Parque Nacional da Tijuca

Criado em 6 de julho de 1961, por decreto federal 50.923, com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro, onde posteriormente através do decreto 60.183 alterou o nome para Parque Nacional da Tijuca. A gestão do parque acontece através de parcerias com instituições públicas privadas e de pesquisa, organizações não governamentais e associações de moradores. Estas parcerias são de fundamental importância para se atingir os objetivos de manejo da unidade de conservação. (PETROBRAS AMBIENTAL, 2006).

O Parque Nacional da Tijuca tem como finalidade proteger e preservar os valores naturais, culturais, recursos genéticos, desenvolver a educação ambiental, dar oportunidades para recreação e pesquisas científicas. (LOUREIRO, 2007).

Um dos grandes desafios que o parque vem enfrentando é o socioambiental, pois o parque recebe milhões de visitantes anualmente, que se utilizam dos serviços oferecidos, gerando renda tanto para o parque como para a comunidade, mas estes visitantes acabam gerando problemas ambientais, que prejudicam a infraestrutura, os equipamentos e monumentos naturais, ocasionando escassez de recursos humanos e financeiros, que prejudicam a conservação do patrimônio. (LOUREIRO, 2007).

As Figuras 1 e 2 ilustram a entrada e uma vista panorâmica do Parque Nacional de Tijuca no Município do Rio de Janeiro.



Figura 1 - Entrada do Parque Nacional da Tijuca.
Fonte: parquedatijuca.com.br, 2014.



Figura 2 - Vista Panorâmica do Parque Nacional da Tijuca.
Fonte: parquedatijuca.com.br, 2014.

Como pode se observar pelas figuras apresentadas, a figura 1 mostra a entrada do parque e a figura 2 mostra de uma forma mais ampla a extensão do Parque Nacional da Tijuca.

3.2.2.2 Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu foi o segundo parque brasileiro a ser criado. Ele tem uma riquíssima biodiversidade e patrimônio genético, além de proteger uma grande parte da Floresta Estacional Semidecidual (ICMBIO, 2014).

A Escola Parque construída em 1962 com recurso do Instituto Nacional Pinho, suas atividades se iniciaram em 1963, esta escola atendia filhos dos funcionários e fazendeiros do entorno do parque, em 1998 devido ao número reduzido de alunos a escola foi desativada e entregue ao IBAMA. (CATARATAS DO IGUAÇU, 2014).

Em 2000 se inaugura Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, onde sua responsabilidade é desenvolver e executar ações de programas de educação ambiental, estimulando atitudes em favor da conservação do parque. A escola de educação ambiental do parque nacional do Iguaçu desenvolve diversos projetos de educação ambiental sendo eles:

- ✓ Projeto “Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu”, que busca informar e sensibilizar os visitantes, relacionando a sociedade, cultura e natureza;
- ✓ Projeto “Morador do Parque”, que busca melhorar a relação entre moradores e a Unidade de Conservação;
- ✓ Projeto “Gestão Participativa no Parque Nacional do Iguaçu”, que organiza, informa e dá sugestões referentes às atividades relacionadas ao parque;
- ✓ Projeto “Semana do Meio Ambiente”, que conta com atividades desenvolvidas pela comunidade, visitantes e funcionários;
- ✓ Projeto “ECOTRILHA de Céu Azul” são visitas monitoradas por voluntários ambientais;
- ✓ Projeto “Programa Voluntário do Parque Nacional do Iguaçu”, neste programa ocorre inscrições no início do ano de acadêmicos, ocorre uma seleção, após esta seleção os participantes passam por um curso e se tornam voluntários nos diversos setores do parque durante o ano;
- ✓ Projeto “Moradores Jovens do Parque Nacional do Iguaçu”, este projeto tem como objetivo melhorar a integração entre o parque, sua gestão e os moradores;
- ✓ Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação – Ucs, este projeto forma sensibiliza e orienta no sentido de envolver o público na gestão e na tomada de decisões (CATARATAS DO IGUAÇU, 2014).

A figura 3 mostra de forma ampla toda a entrada do parque nacional do Iguaçu e parte de sua vegetação.



Figura 3 - Entrada do Parque Nacional do Iguaçu.
Fonte: Cataratasdoiguazu, 2014.

A figura 4 mostra as principais quedas de água das Cataratas do Iguaçu e parte da vegetação do Parque do Iguaçu.



Figura 4 - Vista do Parque Nacional do Iguaçu.
Fonte: Cataratasdoiguazu, 2014.

3.2.2.3 Parque Nacional da Chapada Diamantina

Foi criado pelo decreto federal 91.655, de 17 de dezembro de 1985. Tem uma área de aproximadamente 152.400 ha, que se encontra no centro do estado da Bahia. Este parque tem como seu objetivo proteger a serra do Sincorá, que compõe a chapada diamantina, que faz parte da serra do Espinhaço. O parque está localizado em uma região seca, mas possui uma área rica em nascentes (ICMBIO, 2007).

A educação ambiental nesta unidade de conservação ocorre somente de forma pontual, ou seja, é realizada de forma dispersa, mesmo com o parque sofrendo com problemas ambientais como a poluição dos recursos hídricos através de despejos de esgoto doméstico, agrotóxicos, fertilizantes e pela mineração, além de sofrer com queimadas, a pesca predatória e a expansão agrícola desordenada. O resultado desta degradação já pode ser visto em alguns pontos do parque que vem sofrendo alterações em sua paisagem (ICMBIO, 2007).

A região está se voltando para o desenvolvimento sustentável, a apicultura vem se destacando na região, mas também outras atividades estão sendo desenvolvidas como a produção de geléias, doces, compotas, cosméticos, velas e produtos terapêuticos, alambiques caseiros e floricultura são atividades alternativas que merecem destaque (ICMBIO, 2007).

Uma das poucas iniciativas de conscientização ambiental foi à criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social, que elaborou uma lista de ações necessárias. Uma das ações foi à criação de um almanaque que tem como função coletar relatos sobre os aspectos culturais e sociais da população tentando desta forma inserir a população no contexto ambiental da região (ICMBIO, 2007).

As Figures 5 e 6 mostram o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Figura 5 é um mapa que mostra toda a extensão do parque e a Figura 6 mostra de forma parcial a beleza do parque.

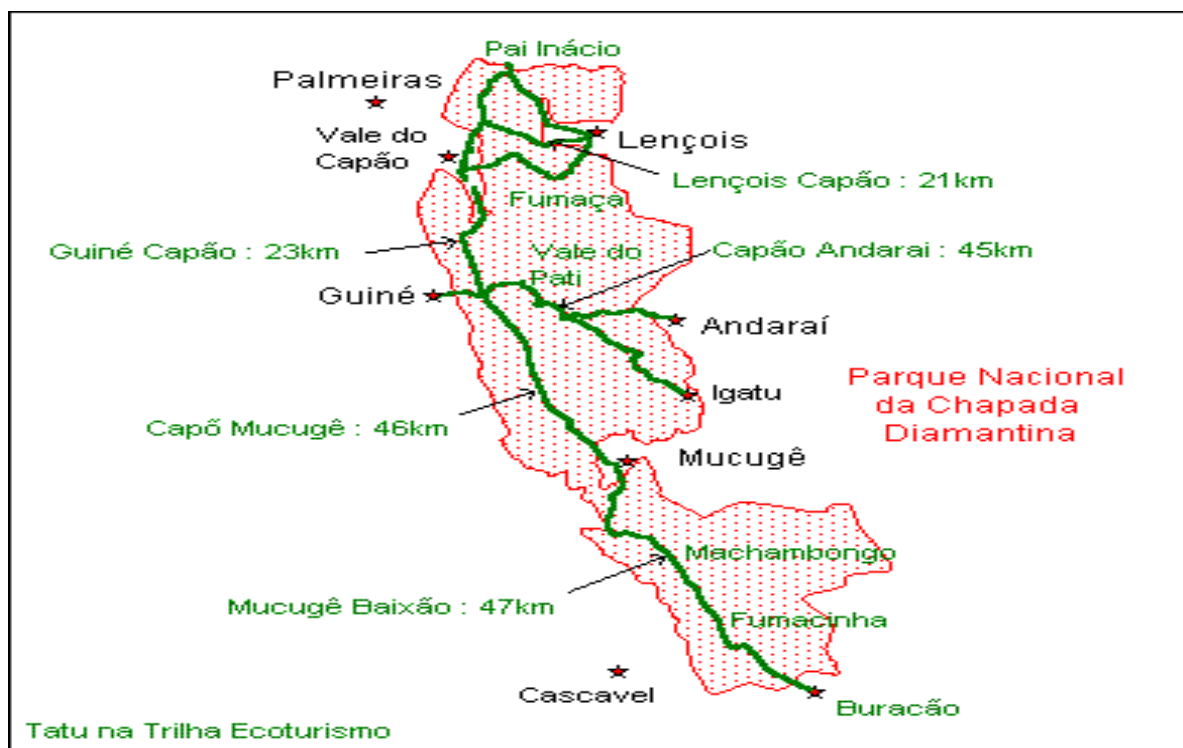


Figura 5 - Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina.
Fonte: Infochapada.com, 2014.



Figura 6 - Vista do Parque Nacional da Chapada Diamantina.
Fonte: guiachapadadiamantina.com, 2014.

3.2.2.4 Parque Nacional de Ilha Grande

O parque localiza-se na região sul da planície de inundação do alto rio Paraná, sendo este o único trecho livre de barragens. O Parque Nacional de Ilha Grande, criado em 1997 por decreto, possui aproximadamente 78.875 hectares. Abrange uma área de nove municípios: Guairá, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Icaraíma do lado paranaense, Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí do lado sul mato-grossense. Um parque que sofreu muito com a degradação ambiental e que atualmente vem se recuperando gradativamente. As florestas foram quase totalmente destruídas, onde a cobertura vegetal original do lado paranaense do parque não ultrapassava 1% e do lado sul mato-grossense 0,83% (CAMPOS, 2001).

Na área do parque, as ocupações utilizadas pelas comunidades tradicionais das ilhas e áreas ribeirinhas que compunham a planície de inundação não trouxeram grandes impactos ambientais, pois os ocupantes viviam de pequenas plantações e da pesca, que servia também como moeda de troca. Os ilhéus viviam praticamente integrados com a natureza, retirando dela somente o seu sustento. O grande vilão foi à criação bovina. Por sua rusticidade, o gado não necessitava de pastagem implantada, sendo criado de forma livre e competia com os animais silvestres, constituindo um agente degradador das comunidades tradicionais. Em toda região é explorada a *Pfaffia glomerata* (ginseng – brasileiro) com propriedades medicinais para a exportação, além de outros vegetais nativos (CAMPOS, 2001).

Campos (2001), afirma que a pesca profissional e desportiva realizada de forma artesanal com baixa tecnologia e produtividade, não é tão preocupante, mas a pesca predatória reduziu a população de peixes na região tirando o sustento dos pescadores profissionais. Na região existem lavras de argila e mineração de areia e sedimentos insolúveis no leito do rio Paraná, realizadas por diversas companhias mineradoras. Outro grave e frequente problema da reserva são os incêndios, alguns de ocorrência natural. O parque possui aspectos que reforçam seu potencial como uma valiosa fonte de estudo e aplicação de programas ambientais, devido a sua grande diversidade ecológica.

As figuras 7 e 8 mostram o Parque Nacional de Ilha Grande. A Figura 7 mostra de forma mais ampla partes do parque, e a Figura 8 mostra um dos canais do parque.



Figura 7 - Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: coripa.org.br, 2014.



Figura 8 - Canal do Parque Nacional de Ilha Grande
Fonte: ebc.com.br., 2014.

3.2.3 Legislação para Unidades de Conservação

Os meios para a aplicação do projeto de educação ambiental nas unidades de conservação estão prevista na Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000.

No artigo 11 diz que:

O parque nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Os participantes serão estudantes, de modo que serão selecionados através de suas notas, alunos com melhor aproveitamento escolar participaram do projeto, posteriormente os alunos que sentirem motivados a participar terá que melhorar seu desempenho escolar, e posteriormente turistas, que farão visitas às trilhas e terão apresentações audiovisuais. Os principais colaboradores serão as prefeituras e empresas dos municípios, sendo que um dos benefícios para as prefeituras seria o aumento do ICMS com a conservação da unidade, que está prevista na lei nº 59, de 1º de outubro de 1991, lei estadual, onde o Paraná foi o pioneiro (IAP, 2014).

Uma das vantagens para as empresas financiadoras é o abatimento no imposto de renda, e o status de empresa ecologicamente correta. A sociedade ganharia principalmente com o ecoturismo, o que aumentaria o PIB do município. Na cidade de Altônia PR, especificamente na Vila Lara, as margens do rio Paraná.

3.3 ICMS ECOLÓGICO

O ICMS Ecológico é um Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas no âmbito da esfera Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda manancial para abastecimento de municípios vizinhos (AMBIENTE DURAN, 2014).

O Estado do Paraná através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) foi o pioneiro na criação do ICMS Ecológico visando premiar os municípios que destinem áreas ambientais para efeito de proteção de sua biodiversidade.

Segundo Loureiro (2011), o Estado do Paraná possuía pouco mais de 83,41% de sua cobertura vegetal original em 1890, em 1930 passando para 64,12% e em 1965 23,92%. Algumas estimativas davam que a cobertura original do estado não passava de 5% em 2000. Atualmente o que resta são fragmentos de florestas, que estão concentradas em algumas regiões do estado.

Em 1991 surge o ICMS Ecológico, através da aliança do governo de Estado do Paraná com seus municípios. Nascido sob o amparo da compensação, o ICMS ecológico, transforma-se em instrumento de incentivo, direto e indireto de conservação ambiental (LOUREIRO, 2011).

No Paraná teve orientação da constituição estadual no artigo 132 e regulamentada pela lei complementar 59/91 que se valendo da possibilidade aberta pelo artigo 158 da constituição federal, que trata dos recursos dos municípios a serem repassados pela União e pelos Estados. Através do repasse de recursos financeiros, dirigentes públicos locais aliados com o Ministério Público iniciaram a recuperação de pelo menos parte deste tempo perdido. Em 1993, foram criadas três unidades de conservação de uso regulamentado nos municípios de Vila Alta, São Jorge do Patrocínio e Altônia. Que deram origem a Estação Ecológica de Ilha Grande, que em 1997 o governo Federal cria o Parque Nacional de Ilha Grande e a APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná- um exemplo significativo do ICMS Ecológico, (LOUREIRO, 2011).

As tabelas 1 e 2 apresentam dados de arrecadação anual do ICMS nos municípios de Altônia, Icaraima, Guaira e São Jorge do Patrocínio nos anos de 2012 e 2013 (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Municípios em 2012.

MUNICÍPIO	ARRECAÇÃO	ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE
Altônia	1.768.416,85	0,983217641359
Icaraima	743.374,80	0,413307087359
Guaira	582.748,67	0,324000967929
São Jorge do Patrocínio	4.719.453,09	2,623956857154

Fonte: iap.pr.gov.br, 2014.

Tabela 2: Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Municípios em 2013.

MUNICÍPIO	ARRECADAÇÃO	ÍNDICE DE BIODIVERSIDADE
Altônia	2.562.005,94	1,223325171171
Icaraíma	1.020.307,72	0,487183928567
Guaira	787.237,80	0,375896012586
São Jorge do Patrocínio	6.238.598,28	2,978851140080

Fonte: iap.pr.gov.br, 2014.

Observa-se pelas tabelas 1 e 2 o quando cada município melhorou referente ao seu índice de biodiversidade e conseqüentemente sua arrecadação com o ICMS Ecológico. Um exemplo é o município de Altônia que do ano de 2012 para 2013 teve um aumento de 0.25 em seu índice de biodiversidade e um aumento em sua arrecadação de 793.589,09 reais.

4 PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O projeto envolve primeiramente a implantação de lixeiras para coleta seletiva, pois são poucas no local. A implantação de banheiros químicos que não contaminam o lençol freático, pois os resíduos são depositados em um recipiente onde mais tarde serão coletados e tratados, e que também não existe no local em questão.

Em segundo plano, será feita a construção de uma estrutura, que acomodará os escoteiros e os profissionais que lá trabalharam, e turistas. Sendo que esta estrutura será construída por profissionais locais, gerando desta forma recursos para a própria comunidade. A escolha de uma área no parque que poderá acomodar uma trilha ecológica está será feita de modo que se tenha o menor impacto ambiental possível. E também a formação de profissionais que trabalharam na área de monitoramento e pesquisa da unidade.

O projeto envolve enfim o planejamento e a realização de jornadas de conscientização ambiental para diversos grupos de faixas etárias distintas (crianças de no mínimo seis anos, adolescentes e jovens de até 16 anos), com o devido acompanhamento de monitores, para que desta forma posteriormente os escoteiros repassem o aprendizado para a sociedade. E a realização de pesquisas no parque para o levantamento de estudos da área, e a realização de um acervo literário.

4.1 PLANEJAMENTO DOS ESCOTEIROS AMBIENTAIS

A programação a ser oferecida aos participantes baseia-se no potencial ecológico do parque, direcionado como ferramenta para o ensino de educação ambiental. Onde primeiramente serão realizadas formações com palestras e subsídios áudio visuais. Oficina de criação de brinquedos, feitos com materiais recicláveis, que posteriormente, parte será utilizada pelos próprios participantes, e a outra parte será doada pelos mesmos a creches, APAES, orfanatos, etc. Coleta de sementes de arvores nativas para o plantio, onde as mudas serão utilizadas para o reflorestamento do parque. Os percursos realizados pelas trilhas serão elaborados

de forma a evidenciar a peculiaridade e os aspectos relevantes para a sensibilização quanto à questão ambiental e para o conhecimento natural do parque. As informações e observações obtidas nos questionários respondidos pelos participantes serão analisadas e utilizadas para melhorar o projeto e destacar a importância da unidade de conservação e das particularidades do parque. Este questionário leva em conta as questões do parque e o que cada participante mais gostou no projeto. Sendo que ele será elaborado de forma diferenciada para cada faixa etária.

4.2 ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM GRUPOS DE ALUNOS

A elaboração de estratégias de educação ambiental se baseia em estudos de percepção do ambiente por diversos grupos de faixas etárias e nível sócio econômico. Estes levantamentos são realizados com uma introdução prévia dos grupos ao assunto.

Discutiremos os resultados de percepção ambiental decorrentes de cada escoteiro ambiental no parque, sendo que em cada visita, será praticado um tipo de atividade diferente. Os grupos estão descritos, separadamente, sob aspectos considerados relevantes para o reconhecimento do seu perfil. Serão trabalhados com três grupos de alunos (ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio).

4.2.1 Grupo1 - Ensino Básico

O grupo 1 será composto por alunos de 1º a 5º ano do ensino fundamental de escola pública, com idade de 6 a 11 anos. Os participantes dos grupos serão 25 alunos, 2 pedagogos e 2 monitores.

Perfil de aproveitamento: Os alunos poderão demonstrar ter pouco conhecimento, e difícil controle da turma, apesar de serem alunos com bom desempenho escolar. Alguns alunos poderão destacaram-se por manifestar um interesse especial e maior habilidade para associar as características da trilha ao conteúdo estudado em sala de aula.

4.2.2 Grupo 2 - Ensino Fundamental

O grupo 2 será composto por alunos de 6º a 9º ano do ensino fundamental de escola pública, com idade de 11 a 13 anos. Os participantes do grupo serão 25 alunos, 2 pedagogos e 2 monitores.

Perfil de aproveitamento: Os alunos poderão demonstraram ter pouco conhecimento, e difícil controle da turma, apesar de serem alunos com bom desempenho escolar. Alguns alunos poderão destacaram-se por manifestar um interesse especial e maior habilidade para associar as características da trilha ao conteúdo estudado em sala de aula.

4.2.3 Grupo 3 - Ensino Médio

O grupo 3 será composto por alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio de escola pública, com idade de 14 a 16 anos. Os participantes do grupo serão 25 alunos, 2 pedagogos e 2 monitores.

Perfil de aproveitamento: Os alunos poderão demonstraram ter pouco conhecimento, e difícil controle da turma, apesar de serem alunos com bom desempenho escolar. Alguns alunos poderão destacaram-se por manifestar um interesse especial e maior habilidade para associar as características da trilha ao conteúdo estudado em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto tem como sua principal finalidade formar cidadãos conscientes e comprometidos com o meio ambiente. Para que no futuro os conhecimentos que forem adquiridos através do projeto possam ser repassados para as próximas gerações. Para que isto ocorra, serão utilizados programas de educação ambiental, pois a educação ambiental em unidades de conservação auxilia tanto a comunidade local como os visitantes a se comprometerem com o meio ambiente e desta forma faz com que a unidade de conservação consiga atingir o objetivo pelo qual foi criada.

Outra função deste projeto é gerar uma nova fonte de renda para o município, pois apesar de o município estar circundado pelo Parque Nacional de Ilha Grande, e este conterem uma grande variedade de biodiversidade é pouco as opções de turismo ecológico, o projeto em questão pode atrair investimentos nesta área, tanto publico como privado, sendo que, não se contaria com turistas locais, mas de outras regiões. Além de poder servir de modelo e incentivo para outras unidades de conservação.

Espera-se que este projeto possa ajudar toda a comunidade local, mas principalmente o meio ambiente, que vem enfrentando muitas dificuldades como a degradação ambiental. Tem-se o propósito de aproximar a comunidade local da unidade de conservação mostrando a ela que as duas podem conviver em perfeita harmonia e pode conservar e ter uma renda, sem que nenhuma das duas partes sejam prejudicadas.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE DURAN. **Conceito de ICMS Ecológico**. Disponível em: <<http://ambienteduram.eng.br/conceito-de-icms-ecologico>>. Acesso em outubro de 2014.

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07>>. Acesso em 09 de novembro de 2014.

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 9795 de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei N. 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbfdapcnuc2/arquivos/snuc.pdf>>. Acesso em: agosto de 2014.

BVAMBIENTE. **Educação Ambiental no Mundo**. Disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/edu_ambiental/mundo.htm> Acesso em: 20 de Julho de 2014.

CASTRO, Valquíria Oliveira de. **Educação ambiental formal e informal**. Monografia desenvolvida para obtenção do título de Bacharel em Direito na Universidade Luterana do Brasil: Canoas, 2003.

CAMPOS, João Batista. **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquista e desafios**. 2. Ed. Maringá, 2001.

CATARATAS DO IGUACU - PORTAL. **Escola de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/65-escola-de-educacao-ambiental.aspx>> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

FARNESI, Cláudia Costa; MELO, Celine. **Educação Ambiental no Ensino Formal: a atuação do professor**. Ed. 2002. Vol.27. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2002/01/a6.htm>>. Acesso em: Out. de 2014.

FERNANDES, Domingos. **Notas sobre os paradigmas da investigação.** São Paulo, 1991.

GUIACHAPADADIAMANTINA. **Imagens do Parque Nacional da Chapada Diamantina.** Disponível em: <<http://www.guiachapadadiamantina.com.br/nem-so-de-aventureiro-vive-turismo-da-chapada>>. Acesso em: novembro de 2014.

HENDGES, Antonio Silvio. **Educação Ambiental no Ensino Formal e Não Formal.** Lei 9795/1999. Publicado em 13 de Setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/09/13/educacao-ambiental-no-ensino-formal-e-nao-formal-lei-9-7951999-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>> Acesso em: Out. de 2014.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. **Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Município em 2012.** Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/ICMS/extratofinanceiro2012/2012_Dezembro_Extrato_acumulado.pdf>. Acesso em: fevereiro 2014.

_____. **Arrecadação Anual de ICMS Ecológico por Município em 2013.** Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/ICMS/extratofinanceiro/2013/2013_Dezembro_Extrato_Financeiro_do_ICMS_Ecológico.pdf>. Acesso em: Fevereiro 2014.

_____. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>> Acesso em: 09 de março de 2014.

_____. **Lei nº 59, de 1º de outubro de 1991.** Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/Leis/Lei_Complementar_59_1991.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. **Educação Ambiental no Brasil.** 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/informacoes/educacao-ambiental/educacao-ambiental-no-brasil.html>> Acesso em: 20 de Julho de 2014.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf> Acesso em: 20 de Julho de 2014.

_____. **Decreto de 30 de Setembro de 1997.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1997/dec_30_09_1997_parquenacionalilhagrande_pr_ms.pdf> Acesso em: 05 de março de 2014.

_____. **Parque Nacional do Iguaçu.** Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/205-parque-nacional-do-iguacu>> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

_____. **Parque Nacional Chapada Diamantina.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf> Acesso em: 09 de novembro de 2014.

INFOCHAPADA. **Mapa do Parque Nacional da Chapada Diamantina.** Disponível em: <<http://www.infochapada.com/parquenacional.htm>>. Acesso em: nov de 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 5.ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al., (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 256p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental e Conselho em Unidades de Conservação: aspectos teóricos e metodológicos.** Ibase: Instituto TerrAzul : Parque Nacional da Tijuca, 2007. Disponível em: <http://ibase.br/userimages/liv_ibase_pnt.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática.** *Ambiente e sociedade* [online]. 2008, vol.11, n.2, pp. 237-253. ISSN 1809-4422. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a03.pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2014.

LOUREIRO, Wilson. **ICMS Ecológico na Biodiversidade.** Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/posgraduacao/.../ICMS_ecologico_no_parana.doc> Acesso em: 09 de março de 2014.

MARCATTO, Celso **Educação ambiental: conceitos e princípios.** Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed. SÃO PAULO: Atlas, 2001. 219p.

MATTOS, Patrícia Pereira; NOBRE, Itamar de Moraes; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Avanço na concepção de Áreas protegidas?** Natal, RN, 2011.

MENDES, Regina; VAZ, Arnaldo. **Educação Ambiental no ensino formal: narrativas de professores sobre suas experiências e perspectivas**. *Educ. rev.* [online]. 2009, vol.25, n.3, pp. 395-411. ISSN 0102-4698. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/19.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2014.

PARQUEDATIJUCA. **Imagem da Entrada do Parque Nacional da Tijuca**. Disponível em: <<http://www.parquedatijuca.com.br>>. Acesso em novembro de 2014.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PETROBRAS AMBIENTAL - PROGRAMA. **Parque Nacional da Tijuca: Integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas**. Água em Unidade de Conservação. 2012.

PISSATTO, Monica; MERCK, Ana Maria Thielen; GRACIOLI, Cibele Rosa. **Ações de Educação Ambiental Realizado no Âmbito de Três Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul**, v(5), nº5, p 804 – 812, 2012. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*. REGET/UFMS. Disponível em:<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reget/article/viewFile/4242/2810>> Acesso em 23 de novembro de 2014.

PORTAL EBC. **Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/meio-ambiente/galeria/imagem/2012/07/parque-nacional-de-ilha-grande>>. Acesso em: novembro de 2014.

PORTAL PIB.SOCIOAMBIENTAL. **Imagem do Parque Nacional de Ilha Grande**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/fotos/11574>>. Acesso em: novembro de 2014.

PORTAL SÃO FRANCISCO, **Parque Nacional de Ilha Grande**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-parques-nacionais-brasileiros/parque-nacional-da-ilha-grande.php>> Acesso em 05 de marco de 2014.

REIGOTA, M.. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos. 62p.

REIS, Luiz Carlos Lima; SEMÊDO, Luzia Teixeira de Azevedo Soares; GOMES, Rosana Canuto. **Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal**. *Revista Fluminense de Extensão Universitária*. Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>> Acesso em: Outubro de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente – Bahia. **Desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=dpea&p=edu_ambi> Acesso em 23 de novembro de 2014.

TELLES, Marcelo de Queiroz; ROCHA, Mário Borges da.; PEDROSO, Mylene Lyra; MACHADO, Silvia Maria de Campos. **Vivências integradas com o meio ambiente**. São Paulo: Sá Editora, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. **RIO+20**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/>> Acesso em: 20 de Julho de 2014.

VIEZZER, Moema L.. **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005-2007**. Foz do Iguaçu, PR, 2007.

VICTORINO, Célia Jurema Aito. **Canibais da Natureza: educação ambiental, limites e qualidade de vida**. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.